

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**



**Celeiro do mundo: o impacto da relação comercial com a China na
desindustrialização brasileira**

Ana Carolina Mendes de Oliveira

Orientadora: Daniela Freddo

Brasília

Dezembro de 2023

Agradecimentos

Começo dedicando esse espaço aos dois grandes responsáveis por tudo que eu sou e por tudo que eu tenho hoje: Daniela, minha mãe, e Edinelson, meu pai. Mãe, se meu coração for metade do seu e, pai, se minha coragem for metade da sua, eu já serei tudo que eu sempre quis ser. Obrigada por segurar minha mão a cada passo, e fazerem o impossível para meus sonhos serem possíveis. Agradeço aos meus irmãos, Maria Fernanda e João Pedro, por me ensinarem todos os dias um pouquinho mais sobre o que significa o amor incondicional. Ao meu tio e padrinho Leandro, por ter sido um espelho, uma referência e um ponto de apoio durante toda a minha trajetória. Agradeço também às minhas avós, Ana Odete e Edir, e aos meus tios, Eric e Alan, por me mostrarem como a unidade familiar e o acolhimento são essenciais para sobrevivermos neste mundo.

Aos meus dois economistas preferidos, Lucca Henrique e Matheus Braga, eu definitivamente não teria chegado aqui sem vocês. Obrigada pela amizade, cumplicidade e paciência. Aos meus amigos, André Monteiro, Caetano Lavenere, Maria Eduarda Kyt, Eduarda Goulart e Thiago Fávero por me fazerem rir nos momentos mais tenebrosos, por me ensinarem que o amor se manifesta das mais diferentes formas e por serem a minha casa nesses últimos 5 anos.

Por fim, gostaria de agradecer à minha professora e orientadora, Daniela Freddo, pelo apoio ao longo dos diversos projetos que fizemos juntas na graduação e por ser uma inspiração enquanto profissional.

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Da revolução industrial brasileira à crise da dívida.....	5
3. O crescimento econômico chinês.....	13
4. A desindustrialização brasileira e a relação comercial entre o Brasil e a China.....	22
4. Conclusão.....	29
5. Bibliografia.....	31

1. Introdução

A relação comercial entre o Brasil e a China é presente desde o início do século, e, com a volta do presidente Lula para o governo, os acordos comerciais entre os dois países também voltaram a ser um foco da nossa estratégia de comércio internacional. É interessante, portanto, notarmos como a trajetória histórica de industrialização dos dois países é chave para a compreensão do desequilíbrio presente nos acordos comerciais existentes hoje. Como dois países inicialmente subdesenvolvidos tiveram resultados tão diferentes quando se trata da política industrial?

Ainda que não discorde dos benefícios que emergem da relação comercial que temos com a China, este trabalho pretende construir, com base em uma literatura crítica, uma análise dos custos desse processo, em especial para a realidade brasileira. Assim, a escolha do tema perpassa por uma motivação central, o qual também norteará o estudo subsequente, isto é: a sustentabilidade da pauta comercial brasileira, focada na exportação de produtos primários para a China, e importação de produtos manufaturados. Para tanto, entender quais são as especificidades dos casos históricos de cada país se apresenta como elemento concreto e fio condutor da discussão. Longe de esgotar a matéria ou prover uma resposta definitiva, este trabalho se questionará, em última instância, se esse processo vale ou não a pena.

Adiantando o argumento, apesar de não ser o principal responsável pela desindustrialização brasileira, o acordo comercial com a China como se constrói hoje é talvez a principal força motriz que faz com que o Brasil ainda se sinta confortável com a primarização de exportação.

Frente a isso, o problema de pesquisa se desenha a partir do questionamento teórico do significado e das consequências econômicas do processo de desindustrialização brasileira. No primeiro capítulo, discute-se como se deu a revolução industrial brasileira nos anos 1930 e quais foram os acontecimentos históricos e decisões políticas que culminaram em diversas crises econômicas até a instituição do Plano Real em 1994.

No segundo capítulo, realiza-se uma recapitulação da história econômica chinesa desde a destituição da Dinastia Qing e revolução socialista, até as reformas

de Deng Xiaoping e a abertura comercial dos anos 80 enquanto fatores que impulsionaram a rápida e crescente industrialização, transformando a China na grande potência que conhecemos hoje.

O objetivo do terceiro capítulo é amarrar as duas trajetórias, de forma que permita-se analisar a evolução das exportações brasileiras para a China e vice-versa, e entender quais são as consequências e perspectivas desse acordo. Por fim, haverá um capítulo de conclusão responsável por sumarizar as discussões abertas ao longo do trabalho.

2. Da revolução industrial brasileira à crise da dívida

Para BRESSER-PEREIRA:

“o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações”(BRESSER-PEREIRA, 2003, p.31).

No Brasil, esse conceito só foi propriamente ilustrado em 1930, com uma tardia Revolução Industrial, precedida por uma sucessão de fatores - alguns que parecem sorte, outros que são datados de uma extensa história colonial - que destituíram o tradicionalismo da elite brasileira e deram lugar ao progresso industrial.

Como agente protagonista desse cenário, o desenvolvimento da cultura cafeeira a partir do século XIX — e o início da sua produção em larga escala — permitiu mudanças profundas na estrutura econômica brasileira. A primeira mudança foi a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, uma vez que, para os grandes cafeicultores, o custo do sistema de manutenção de trabalhadores na produção era menor do que o custo de manutenção de escravizados. A partir deste momento, houve um boom na imigração de estrangeiros para trabalho nos cafezais, estrangeiros tais que constituiriam uma das bases mais importantes para a decolagem da economia brasileira.

Surge no Brasil a criação de um primogênito mercado interno, fora dos centros urbanos, subsidiado a partir de uma brecha no sistema agrário brasileiro — até então semifeudal — onde as grandes fazendas passam a ser auto suficientes para o consumo de seus assalariados e pessoas escravizadas. Temos então, pela primeira vez, condições suficientes para a instalação de uma indústria voltada para o emergente mercado interno.

A prosperidade do café também trouxe o aparelhamento da infraestrutura brasileira, com a criação de portos, ferrovias, usinas hidrelétricas e sistemas de comunicação para a exportação. Além disso, o desenvolvimento da indústria têxtil, ainda no século XIX, e até mesmo a fracassada política de Encilhamento, também antecede a Revolução Industrial brasileira.

Na ótica político social, podemos dar foco também às consequências sociais para o Brasil da Guerra do Paraguai: a constituição de um Exército Nacional, composto principalmente pela classe média, trouxe uma oposição essencial às origens aristocráticas da Marinha. Com a Proclamação da República, também houve um movimento de substituição de poder, da aristocracia agrária e comercial para grupos de classe média, evidenciando a indignação da massa brasileira. As demandas de diferentes grupos sociais, que buscavam uma mudança no sistema político e econômico do país, insatisfeitos com um governo que representava os interesses da oligarquia cafeeira paulista, resultaram na Revolução de 1930. No cenário externo, a Grande Depressão impactou significativamente o mercado de café brasileiro: a crise econômica internacional reduziu a demanda global por produtos agrícolas, culminando em uma drástica queda de preços e afetando diretamente as exportações brasileiras, principalmente a do café, principal produto exportado pelo país.

A Revolução Industrial Brasileira é, portanto, consequência das oportunidades econômicas para investimentos industriais — proporcionadas pela depressão econômica e pela Revolução de 1930 —, tendo como característica principal a destituição do poder da oligarquia agrária comercial.

A partir do governo Vargas há a implementação de políticas voltadas para a industrialização do país, visando a diversificação econômica e a superação da dependência do setor agrícola, especialmente a do café. A principal política adotada foi a expansão do crédito por meio da criação do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Crédito Agrícola — instituições que forneceram financiamento para o

setor industrial. Além disso, o governo promoveu a desvalorização da moeda — tornando os produtos importados mais caros — impondo tarifas de importação e criando empresas estatais para atuar em setores estratégicos (como a Companhia Siderúrgica Nacional) , protegendo a indústria ao estimular a produção nacional. A política de substituição de importações resultou no crescimento expressivo do setor industrial, com destaque para os segmentos têxtil, alimentício, vestuário, bebidas, madeira e imobiliário.

A partir da década de 50 tem-se início a Segunda Fase da Revolução Industrial Brasileira. Com a Segunda Guerra Mundial, houve uma expansão na infraestrutura de comunicação e transporte, fazendo com que as indústrias — aproveitando as inovações tecnológicas — passassem a aumentar a sua demanda por bens duráveis. No caso do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro se tornaram sede dos pólos industriais pesados e centros de distribuição para o resto do país. Com o governo Kubitschek, e a ideia de que o Brasil só poderia sair do atraso econômico através da industrialização, a indústria pesada e de bens duráveis ganhou impulso com o estabelecimento de um Plano de Metas para alcançar o desenvolvimento.

O Plano de Metas levou a um aumento significativo não apenas na produção industrial como também no estabelecimento de novas indústrias, estimulando a economia e criando novas oportunidades de emprego. Além de parcerias público-privadas, o governo Kubitschek também contou com um significativo influxo de capital estrangeiro para financiar projetos industriais e modernizar a infraestrutura do país.

No entanto, a crescente dependência de importação de tecnologia e maquinário estrangeiro para apoio à industrialização limitou o desenvolvimento das indústrias nacionais e dificultou a autossuficiência tecnológica. O processo de dependência e da exigência de recursos financeiros para a expansão industrial também resultou no aumento significativo da dívida externa.

Esses fatores contribuíram para o estouro de uma crise econômica a partir da década de 60. Com o aumento das importações de bens de capital e o pagamento da dívida externa, o governo enfrentou dificuldades para equilibrar as contas externas. Além disso, a rápida industrialização culminou em falhas na infraestrutura, que limitaram o crescimento, e aumentaram o desequilíbrio entre a crescente demanda por bens de consumo e a falta de oferta adequada, levando a um aumento dos preços. Houve, neste momento, uma tentativa de controle da demanda por meio de

um insuficiente congelamento de preços por parte do governo. A crise também foi agravada pelas desigualdades sociais e regionais, consequência da industrialização acelerada que beneficiou as regiões mais desenvolvidas, deixando de lado as regiões mais pobres e a população de baixa renda.

Após a renúncia de Jânio Quadros, o governo de João Goulart — que assumiu a presidência — adotou uma série de medidas para tentar controlar a crise dos anos 60, sendo a principal a instituição do Plano Trienal, que tinha como objetivo o controle da inflação e o equilíbrio das contas externas. Para tal, o governo pretendia realizar um congelamento de preços e salários, além de promover uma política fiscal mais rigorosa, com cortes nos gastos públicos. Além disso, foram criadas também instituições como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola (IBDA), para incentivar a expansão da fronteira agrícola, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES) para atuar no financiamento de projetos de desenvolvimento e infraestrutura. No entanto, a contínua instabilidade política e social, aliadas à falta de investimento em setores estratégicos como educação e saúde, contribuíram para a permanência da crise dos anos 60.

Em 1964, João Goulart é deposto pelo golpe militar e o marechal Castelo Branco assume o cargo, dando início ao regime militar que se sustentou até a década de 80. Com a posse dos militares no poder, o governo adota medidas para uma nova tentativa de controle da crise. Para estimular o crescimento econômico, prioriza-se grandes projetos de infraestrutura — com a construção de rodovias, hidrelétricas e indústrias pesadas — além do oferecimento de incentivos fiscais e subsídios para atração de investimentos estrangeiros, principalmente na indústria automobilística. Além disso, a implementação de reformas econômicas (como as reformas tributária, do mercado de capitais, bancária) e a introdução da correção monetária, ou indexação, também constituíram a base para a recuperação econômica.

Entre os anos de 1968 à 1973, o Brasil passa a viver a época do “milagre econômico” — com taxas de crescimento do PIB superiores a 10% ao ano e aumento significativo da renda per capita — caracterizado principalmente pelo controle da inflação. Para tal, o governo implementou controles administrativos sobre os preços industriais, com a criação do Conselho Interministerial de Preços, além da adoção de uma política salarial que tinha como objetivo compensar as perdas dos assalariados, devido à subestimação do resíduo inflacionário. Com a redução da inflação, o Brasil obteve uma maior estabilidade econômica, permitindo que exportadores fossem

menos afetados pelas flutuações excessivas nos preços internos e externos. Além disso, a moeda brasileira tornou-se mais confiável para compradores estrangeiros, fazendo com que os produtos brasileiros fossem mais competitivos em termos de preço, no mercado internacional, e as exportações voltassem a ser impulsionadas.

Apesar do acelerado crescimento econômico, o milagre brasileiro foi usado pelos militares como uma forma de legitimar o autoritarismo, promovendo uma narrativa de progresso e de desenvolvimento, enquanto as desigualdades sociais aprofundavam-se e a população sofria com a repressão política, a censura e todas as demais violações dos direitos humanos que caracterizaram a ditadura militar.

No cenário econômico, as consequências do milagre começavam a desenhar uma próxima crise no país através do endividamento externo. Para impulsionar o crescimento, o governo recorreu a empréstimos para financiar os investimentos em infraestrutura e o consumo, tornando-se dependente da importação de bens de capital, aumentando o déficit na balança comercial e a necessidade de financiamento externo. Além disso, a política de minidesvalorizações cambiais, adotada para estímulo das exportações, através do aumento da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, contribuiu para o aumento da dívida externa em termos de moeda estrangeira.

As transformações na economia mundial, impulsionadas pela estratégia dos Estados Unidos para recuperar a hegemonia global e pelo segundo choque do petróleo em 1979, resultaram em choques negativos para os países da periferia capitalista latino-americana, com a desaceleração da demanda mundial, aumento da taxa real de juros internacional, elevação dos preços internacionais do petróleo e redução da liquidez global.

Durante a década de 1970, os Estados Unidos enfrentaram uma crise econômica enquanto Japão e Alemanha avançavam economicamente, desafiando a hegemonia dos EUA no mundo capitalista da Guerra Fria. Essa contestação ocorreu tanto no plano econômico, devido à ameaça que o marco alemão e o iene japonês representavam para o dólar como moeda de reserva internacional, quanto no plano geopolítico, devido a fatores como a derrota no Vietnã, a crise dos mísseis em Cuba e o fortalecimento militar da União Soviética.

Diante desse cenário, o governo dos EUA adotou uma nova abordagem, no final dos anos 1970, para recuperar seu poder tanto no âmbito geopolítico quanto no econômico. Na esfera geopolítica, os EUA investiram na chamada "diplomacia das

armas" nos anos 1980, expandindo a corrida armamentista com a URSS por meio do programa "Guerra nas Estrelas". Enquanto isso, no campo econômico, o presidente do FED, Paul Volcker, aumentou significativamente a taxa de juros americana em 1979, conhecida como "diplomacia do dólar forte". Essa elevação das taxas de juros tornou os EUA um dos principais receptores de capitais, desafiando outros países competidores da ordem capitalista, como Europa, Japão e nações subdesenvolvidas. Além disso, em 1979, o segundo choque do petróleo, impulsionado pela revolução no Irã, causou um aumento significativo no preço do petróleo, transferindo renda dos países não produtores para os produtores de petróleo, o que agravou a situação econômica internacional.

A elevação das taxas de juros americanas e o segundo choque do petróleo resultaram em uma desaceleração acentuada da economia mundial na década de 1980. Tanto os EUA quanto outros países centrais e periféricos seguiram esse movimento de elevação das taxas de juros para evitar uma fuga de capitais descontrolada e consequentes efeitos inflacionários.

Já a década de 1980 foi marcada pela baixa demanda agregada mundial, pelo alto patamar das taxas de juros reais, pela restrição da liquidez internacional e pela deterioração dos termos de troca para os países não produtores de petróleo. Esses choques negativos causaram dificuldades para os países da periferia capitalista latino-americana, como o Brasil, que passaram de receptores líquidos de capitais para transferidores de recursos para o exterior.

O governo do General Figueiredo, último governo do regime ditatorial militar-empresarial, iniciado em 1964, implementou políticas econômicas restritivas (também conhecidas como ajuste autônomo) no início da década de 1980. Essas medidas foram intensificadas após o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1983 (ajuste monitorado). O objetivo era realizar um ajuste exportador por meio de desvalorizações cambiais contínuas e redução do consumo e investimento internos, por meio de altas taxas de juros reais. No entanto, essa estratégia resultou em uma forte recessão econômica entre 1981 e 1983, acompanhada de alta inflação.

A desaceleração econômica não foi mais interpretada como um mero ciclo negativo, mas sim como uma crise econômica. Essa situação abalou o crescimento econômico médio de 7,8% ao ano entre 1964 e 1980, que havia sido o pilar central do regime autoritário militar-empresarial. Isso levou a uma ruptura no padrão de acumulação desenvolvimentista gerenciado pelos governos militares, que era

caracterizado por forte intervenção estatal. A lucratividade empresarial caiu acentuadamente de 1978 a 1983, com exceção de 1980, enquanto os trabalhadores ampliavam as suas reivindicações, incluindo as greves operárias no ABC paulista no final dos anos 1970. Esse cenário anunciava o caminho para a redemocratização. Além disso, segmentos de classe média, como profissionais liberais e gerentes, também apoiaram a redemocratização, unindo-se aos empresários e operários.

A crise econômica afetou o sustentáculo do regime militar-empresarial, resultando na perda de importantes apoios dos segmentos de classe média e dos empresários que anteriormente apoiaram o golpe de 1964. O pacto de dominação que sustentava o regime estava desfeito. A emergência de alternativas de política governamental, no meio empresarial, sinalizava que a crise não era apenas econômica, mas também afetava o próprio pacto de dominação.

O processo de redemocratização ocorreu gradualmente, com uma transição democrática negociada entre os setores dominantes e tutelada pelos militares. A transição foi caracterizada pela manutenção das prerrogativas políticas dos militares e por uma reconfiguração entre as elites no poder, sem mudanças estruturais na dominação da classe brasileira.

Durante o governo Sarney, a economia enfrentou uma série de desafios, incluindo o combate à alta inflação, que corroía os salários dos trabalhadores e minava a confiança na moeda nacional. O governo implementou diversos programas de estabilização, mas todos fracassaram, levando a uma aceleração da inflação e à deterioração das contas públicas. Apesar desses problemas, o governo Sarney registrou um crescimento médio de 4,4% do PIB entre 1985 e 1989, impulsionado pelo aumento do consumo e das exportações líquidas de bens e serviços.

O aumento da instabilidade macroeconômica, associada aos problemas nas contas externas e nas finanças públicas, foi influenciado pela luta pela apropriação da renda no Brasil. As transferências de recursos para o exterior, a elevação do poder de barganha dos trabalhadores e o aumento dos custos de produção contribuíram para a aceleração da inflação. Os segmentos empresariais conseguiram manter as suas taxas de lucro ao repassar o aumento dos custos para os preços de venda, e ao contar com o apoio do setor público, resultando em um déficit público operacional significativo.

Fernando Collor de Mello assume a presidência de um Brasil hiperinflacionário, porém, com a política de desvalorização cambial de 1983, os altos superávits

comerciais possibilitaram zerar a conta corrente do país, de forma que o peso da dívida externa sobre o PIB começou a diminuir. A abordagem de Collor diante da inflação foi um ataque frontal, violento e ortodoxo, baseado na captura das poupanças privadas e no congelamento de preços, seguido de um plano de controle monetário (Plano Eris). Com o fracasso de ambos e após a primeira tentativa de golpe, ainda em 1990, o Plano Collor II se inicia em 1991, como um ato de desespero, através de um novo congelamento de preços, que também não obteve sucesso. Em dezembro de 1991, a inflação mensal estava em 20%.

Para BRESSER-PEREIRA:

“o governo Collor, que termina com o seu impeachment em agosto de 1992 devido à corrupção, foram anos de equilíbrio fiscal, mas foram também anos de políticas econômicas incompetentes, de taxas de juros abusivamente altas a partir da administração Marques Moreira e de recessão severa. Como o caráter inercial da inflação brasileira não foi levado em conta pelos policymakers, a estabilização não foi obtida. Entretanto, esse governo deixou uma herança positiva: embora a abertura comercial realizada pudesse ter sido mais gradual, esta reforma permitiu que as empresas se reestruturassem, modernizassem suas fábricas, aumentassem substancialmente sua produtividade e, assim, muitas se demonstraram, a partir de então, capazes de competir internacionalmente” (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Após o impeachment, o governo Itamar Franco herdou uma inflação que, nos dois anos seguintes, chegaria até 45% até ser liquidada, entre abril e julho de 1994, pelo Plano Real, liderado por Fernando Henrique Cardoso, que se elegeria presidente da república graças ao sucesso do Plano.

A causa da crise enfrentada pelo Brasil na década de 1980, e nos primeiros anos da década de 1990 até o Plano Real foi, portanto, originada por um problema complexo relacionado à alta inflação, que possuía um caráter inercial ou indexado, aliada a uma crise da dívida externa que desencadeou uma crise no Estado — e não a uma mera falta de demanda, como alguns populistas alegavam, ou ao déficit público e à emissão de moeda, conforme defendido pela ortodoxia econômica. Essa crise do Estado abarcava diversos aspectos, tais como uma crise fiscal, intervenção econômica problemática (como a estratégia protecionista da substituição de importações) e uma administração burocrática e ineficiente do aparelho estatal. Com o agravamento da crise, o Estado deixou de ser um instrumento de desenvolvimento

econômico e passou a ser um obstáculo. A conseqüente estagnação econômica, caracterizada pelo crescimento negativo da renda *per capita*, interrompeu o processo de modernização que o país buscava. Nesse contexto, o único aspecto em que avançamos foi na democratização.

No entanto, dois elementos essenciais de uma sociedade moderna, o crescimento econômico e a distribuição equitativa da renda, estavam ausentes. Além disso, as novas democracias enfrentam um desafio crucial: a falta de legitimidade de seus governos. Essa carência de legitimidade decorria da heterogeneidade radical da sociedade brasileira. Em um país dualista, com 40% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, um simples contrato social hobbesiano não era suficiente para manter a coesão social e garantir a legitimidade do governo. Era necessário um pacto político informal focado no desenvolvimento.

Foi nesse contexto que, em 1994, o Plano Real conseguiu estabilizar os preços da economia brasileira, neutralizando o componente inercial da inflação. No entanto, para garantir o sucesso do plano, seus idealizadores também recorreram a uma âncora cambial, o que estabilizou os preços, mas desestabilizou as contas externas do Brasil. Até então, o país possuía um equilíbrio nas transações, após a bem-sucedida desvalorização de 1983.

3. O crescimento econômico chinês

Ao longo do século XX, observamos uma trajetória divergente entre Brasil e China no contexto da industrialização. Enquanto o Brasil transitava de um estado de promissor país emergente, marcado desde a revolução industrial até os dias do milagre econômico, para uma nação enfrentando instabilidade econômica e imersa na crise da dívida externa, do outro lado do globo, a China percorria uma trajetória oposta. Inicialmente subjugada por guerras civis, controle comercial colonialista e invasões territoriais, a China efetuou uma notável inversão de curso, ascendendo para se tornar a significativa potência mundial que conhecemos nos dias atuais.

Ao longo de milênios, a China desempenhou um papel de destaque no avanço das ciências e na promoção de inovações tecnológicas. Além disso, sua presença no comércio mundial e sua notoriedade na infraestrutura foram admiráveis,

destacando-se na produção e comercialização da seda, bem como na introdução de técnicas inovadoras de navegação e construção naval. Essa trajetória conferiu à China uma posição como potência global, mantendo-se nesse papel até o final do século XVIII.

No ano de 1911, grupos revolucionários realizaram a derrubada do último imperador Qing, encerrando assim dois mil anos de história dinástica e inaugurando a República da China, sob a égide do Partido Nacionalista. A estabilidade inicial foi comprometida após a morte do primeiro presidente, Yuan Shikai, resultando em uma crescente centralização do poder, frequentemente exercido por líderes militares. Essa fase foi marcada por revoltas populares e pela influência de ideologias estrangeiras, notadamente evidenciada pelo surgimento da revista Nova Juventude na Universidade de Beijing. Esta publicação disseminou ideias que contribuíram para o movimento do 4 de maio de 1919, quando milhares de chineses protestaram contra a incapacidade do governo em conter a presença estrangeira dos japoneses e seus privilégios de monopólio comercial em solo chinês.

O surgimento do movimento cultural Nova Cultura foi emblemático, pois promovia a modernização da sociedade, fomentada principalmente no âmbito intelectual, com a disseminação de leituras marxistas na Universidade de Beijing. Foi nesse contexto que Mao Tse Tung, proveniente da província de Hunan e de origem camponesa, participou desses estudos e fundou em 1921 o Partido Comunista.

Em 1949, os partidos nacionalista e comunista entram em conflito na China. O Partido Comunista Chinês (PCC) ganha força ao apoiar-se nos camponeses que haviam sido marginalizados pelo governo e os nacionalistas são derrotados e forçados a fugir para Taiwan, onde proclamam-se como a verdadeira China (OLIVEIRA, 2016).

O estabelecimento da República Popular Socialista da China, após a vitória do exército vermelho de camponeses, liderados por Mao Tse Tung, encontrou um país fragmentado após anos de guerras civil e territorial, e exploração de potências colonialistas. O governo comunista se iniciou com o desafio de resgatar centenas de

milhares de pessoas, em um território de mais de 10 milhões de km² após anos de instabilidade e miséria.

Entre 1949 a 1976, Mao concebeu uma China Socialista adaptando a teoria marxista-leninista à realidade rural do país, entendendo o camponês como o sujeito social revolucionário da revolução chinesa, sob a liderança do Partido Comunista.

O partido, por sua vez, buscava expurgar da China as influências estrangeiras que ocuparam o país gradualmente, e promover a igualdade como valor em uma cultura baseada na legitimidade da tradição e da meritocracia. Apesar de obter êxito na unificação do país, o governo implementou políticas industriais extremamente fracassadas no período chamado de “o Grande Salto para Frente”. Foram criadas comunas populares, que eram unidades de produção coletiva que combinavam agricultura e indústria, e a promoção de projetos de construção em larga escala, como a construção de barragens e usinas hidrelétricas. O propósito subjacente dessas medidas era impulsionar rapidamente o progresso industrial e econômico na China; entretanto, seus desdobramentos culminaram em desastrosas ramificações, como a grande fome e uma profunda crise econômica.

Sob o governo de Mao, a China implementou estratégias diplomáticas complexas em suas relações exteriores. Inicialmente, estabeleceu laços estreitos com a União Soviética devido a afinidades ideológicas, mas as crescentes tensões resultaram no término dessas relações. Posteriormente, a China adotou uma abordagem diplomática "ofensiva", buscando uma reaproximação estratégica com os Estados Unidos para conter a influência soviética e salvaguardar a segurança nacional. Essa estratégia envolveu a formação de alianças e acordos, como a política da "linha horizontal" para conter a URSS, colaborativamente estabelecida com os Estados Unidos. Além disso, a China buscou estabelecer relações de interdependência com outras nações, visando assegurar seu desenvolvimento econômico e político. Essas estratégias refletem a busca chinesa por segurança e influência em um contexto de rivalidade geopolítica durante a Guerra Fria, deixando uma marca significativa em suas relações exteriores e contribuindo para a dinâmica global da época.

Em 1966, inicia-se um movimento cultural na China batizado de “Revolução Cultural”, cujo objetivo era revitalizar o socialismo e erradicar elementos considerados burgueses ou contrarrevolucionários da sociedade chinesa. Durante esse período,

houve perseguição, repressão e violência contra intelectuais, artistas, dissidentes políticos e qualquer pessoa considerada uma ameaça ao regime comunista. Mao incentivou os jovens a formar as Guardas Vermelhas e a se rebelar contra as autoridades estabelecidas, resultando em um período de caos e desordem em todo o país. A Revolução Cultural foi encerrada por ordem do próprio Mao Tse Tung em 1969, mas suas consequências foram duradouras. A sociedade chinesa foi desestruturada, as tradições e valores milenares perderam sua legitimidade perante o Estado, e a educação e a cultura foram profundamente afetadas. Muitos intelectuais foram enviados para reeducação no campo, e a geração mais jovem foi privada de educação formal, resultando em um impacto significativo no desenvolvimento intelectual e cultural do país, além dos impactos negativos na economia, na estabilidade social e nas relações internacionais. A China, no entanto, emerge desses 10 anos de revoltas e instabilidade interna, um país com uma sociedade mais coesa e consciente do seu legado histórico e da sua identidade nacional.

O governo liderado por Mao Tse Tung, também deixa como herança diversas reformas que foram essenciais para preparar a China para o próspero período de industrialização que aconteceria nos governos subsequentes, sendo a principal delas as reformas agrárias.

As reformas agrárias foram implementadas em um contexto de busca por equidade social e enfrentamento da persistente problemática da fome na China. Esta iniciativa representou uma das primeiras medidas adotadas por Mao ao assumir o poder e teve proporções significativas, com aproximadamente 47 milhões de hectares - quase metade das terras cultiváveis - sendo distribuídos entre 300 milhões de camponeses carentes, com uma média de dois terços de hectares por família. A transformação na estrutura agrária foi marcante, resultando na redução das propriedades de cerca de 40 milhões de camponeses que detinham terras relativamente maiores que a média, enquanto 70 milhões de camponeses mantiveram suas propriedades e 300 milhões de camponeses pobres conquistaram terras.

Aumentando a produtividade agrícola, a reforma proporcionou uma sólida fundação para o setor primário, fornecendo matérias-primas à indústria e garantindo a subsistência adequada dos trabalhadores urbanos. Essa melhoria na produtividade não apenas assegurou a alimentação da população, mas também viabilizou a acumulação de capital necessário para investimentos industriais. Além disso, as

ações de Mao resultaram em uma transformação qualitativa do sistema produtivo chinês, refletida em mudanças significativas na composição do PIB. Ao longo dos anos, houve uma notável diminuição na participação da agricultura, que representava mais de 70% do PIB em 1952, enquanto a indústria, por sua vez, experimentou um aumento expressivo, contribuindo com 36% em 1978. Esta mudança estrutural evidenciou o êxito das políticas de Mao na diversificação da economia e impulsionamento do setor industrial.

A melhoria na renda dos trabalhadores agrícolas, decorrente da reforma agrária, não apenas trouxe benefícios individuais, mas também gerou uma demanda crescente por produtos industriais. Esse aumento na demanda, proveniente do fortalecimento econômico do setor agrícola, desempenhou um papel vital no desenvolvimento de um mercado interno robusto para os bens produzidos pela indústria emergente, impulsionando ainda mais o crescimento econômico.

As políticas de Mao não se limitaram apenas ao setor agrícola; elas resultaram na criação de um parque industrial robusto, embora considerado inicialmente atrasado em comparação aos padrões da época. Este parque industrial, contudo, desempenhou um papel fundamental na modernização subsequente promovida por Deng Xiaoping.

Mao Tse Tung também reconheceu a importância da educação e da ciência como pilares fundamentais para o desenvolvimento e a modernização da China e foi responsável por reformar todo o sistema educacional chinês.

Deng Xiaoping ascendeu ao poder após o falecimento de Mao Tse Tung em 1976, embora sua consolidação no controle tenha enfrentado um período de lutas internas dentro do Partido Comunista Chinês (PCC). Apesar de já ter sido uma figura de destaque no partido e ocupado posições de liderança anteriormente, Deng foi afastado durante a Revolução Cultural sob a acusação de ser um "capitalista roteirista". Após a morte de Mao, Deng conseguiu retomar sua posição, superando a influência da "Gangue dos Quatro", um grupo de líderes radicais que incluía a viúva de Mao, Jiang Qing, e seus aliados, os quais buscavam manter a linha ideológica maoísta. Deng tornou-se o maior expoente da modernização da economia chinesa e aproximação com o oriente.

O destaque de Deng derivou de sua abordagem pragmática e habilidade em navegar pelas complexidades da política interna do PCC. Apesar de não assumir formalmente a posição mais elevada no partido ou no governo, sua influência e

controle sobre o partido e as forças armadas o consolidaram como o líder de facto da China até a sua aposentadoria no final da década de 80.

Deng Xiaoping orquestrou uma abrangente série de reformas econômicas, visando a industrialização e modernização da economia chinesa. Inicialmente, as reformas agrárias realizadas ainda na época de Mao revolucionaram o setor ao substituírem o sistema de comunas populares por um modelo de responsabilidade familiar, promovendo eficiência e aumento na produção agrícola, enquanto liberava mão de obra para impulsionar a indústria. A criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foi outro pilar fundamental, onde políticas econômicas especiais e medidas de gestão flexíveis foram implementadas para atrair investimento estrangeiro direto (IDE) e estimular a exportação de produtos manufaturados. Deng incentivou ativamente o investimento estrangeiro, reconhecendo sua importância para a obtenção de capital, tecnologia avançada e métodos administrativos modernos, contribuindo assim para a expansão da capacidade industrial chinesa.

A descentralização do controle econômico também foi uma prioridade, conferindo maior autonomia às empresas estatais e permitindo que algumas operassem como entidades de mercado, com incentivos para aprimorar eficiência e competitividade. Além disso, as reformas industriais abrangeram a modernização de indústrias existentes e o desenvolvimento de setores-chave, como tecnologia da informação e microeletrônica, característicos da Terceira Revolução Industrial.

Notavelmente, Deng adotou uma abordagem de tentativa e erro nas implementações das reformas, permitindo ajustes graduais conforme necessário para evitar impactos bruscos na economia. O resultado dessas reformas foi transformar a China em uma das maiores economias industriais do mundo, marcando uma transição significativa de uma economia planificada para uma economia de mercado com características socialistas.

Em 1950, a expectativa de vida era de apenas 35 anos e, ao final dos anos 70, de 65 anos. A taxa de alfabetização saiu de 28% em 1949 para 65% no final da década de 70, graças à educação em massa promovida também pelo governo de Mao.

Até o início das reformas de Deng, a China possuía um desajuste estrutural em sua economia, fruto da disparidade de performance entre seus setores: o foco na indústria, durante o período do “Grande Salto”, resultou em baixas taxas de crescimento no setor agrícola e na indústria de bens leves, o que comprometeu o

bem-estar social, uma vez que esses setores eram essenciais para a geração de emprego e oferta de bens de consumo no contexto chinês.

Com a reinserção da China no cenário internacional, inicia-se um planejamento econômico voltado para políticas de incentivos mercantis. Para modernizar a economia mantendo a unidade nacional e a propriedade de terras e capital pública — houve uma conciliação entre a manutenção do planejamento central e um maior grau de descentralização administrativa (CONTI, 2017). A estratégia era aumentar a produção agrícola e fazer a transição da indústria pesada para a leve, através de incentivos para aquisição de bens intermediários e investimento em infraestrutura.

Segundo Conti, para o comércio exterior, as medidas adotadas foram

“a instituição da chamada “política das portas abertas”, com a descentralização da tomada de decisão, o aumento do acesso de empresas ao mercado cambial e, principalmente, a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), com políticas menos restritas. As restrições relativas a entradas de Investimento Direto Estrangeiro também foram aliviadas, acompanhadas de reformas na gestão de empresas estatais, liberalização de uma parte dos preços da economia, realização de uma política monetária expansionista e uma política cambial favorável e expansão do gasto público”(Bruno Conti, 2017, p.29).

Após Deng Xiaoping se afastar do governo, a China inicia uma nova rodada de reformas. Implementa-se uma estratégia de diversificação das importações e emparelhamento tecnológico, com abertura adicional para IDEs, criação de novas ZEEs e formação de conglomerados empresariais em setores estratégicos, objetivando a competição com grandes multinacionais globais.

Como resultado, o país viu o aumento em dobro do consumo *per capita*, a diminuição da população abaixo da linha da pobreza, de 28% em 1978, para 8,6% em 1989, o crescimento das exportações de 0,3% para 1,8% das exportações mundiais entre 1978 e 1991, com 80% dessas exportações sendo manufaturados em 1992.

A principal estratégia chinesa para realizar o emparelhamento (*catching up*) com países desenvolvidos foi usar-se de teorias do novo-desenvolvimentismo e contar com o estado como principal força motriz do seu processo de aceleração econômica. Para Elias Jabbour:

“o metamodelo de produção comporta a existência desse novo tipo de formação econômico social em seu interior e, aqui, ao falarmos de efeitos de encadeamento (*spillover*), estamos demonstrando que a dominância do setor

público da economia se expressa pela capacidade de geração de demanda para os outros setores da economia, sobretudo o privado”(Elias Jabbour, 2019, p.115).

A China, assim como outros países que realizam ou realizaram o *catching up*, enfrentou uma tendência de sobrevalorização da taxa de câmbio que pode ser relacionada à chamada “doença holandesa”, ou seja, uma “apreciação cambial adicional causada pelo fluxo líquido de capital externo” (Jabbour, 2021). Dado o papel da renda obtida com a exportação de produtos primários, a consequência desse processo é a não industrialização.

O novo desenvolvimentismo se baseia, portanto, em uma política cambial que: (i) realize o controle de capitais; (ii) busque a neutralização da doença holandesa; (iii) rejeite a política de crescimento com base no endividamento externo e a política da taxa de câmbio como âncora nominal para controle da inflação. O objetivo dessa estratégia é estabelecer uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial de forma que a indústria interna seja competitiva internacionalmente. (Jabbour, 2021).

No geral, diversos países que tinham como objetivo a industrialização, intuitivamente usaram múltiplas taxas de câmbio, tarifas de importação e subsídios às exportações, que implicam um imposto disfarçado sobre commodities (Jabbour, 2021). Além disso, países que realizaram o *catching up* contaram com a intervenção do estado para financiar o investimento, através de bancos públicos ou linhas de crédito subsidiadas operadas por bancos privados, ou seja, o financiamento não surgiu espontaneamente pelo funcionamento e equilíbrio do mercado.

Alinhada com a pauta do novo-desenvolvimentismo, a China não comete o erro de crescer com poupança externa, evitando assim que a taxa de câmbio se apreciasse e que empresas nacionais perdessem competitividade. Com o denominado “socialismo de mercado”, a China mantém seu crescimento acelerado, ganhando cada vez mais espaço no mercado internacional e entrando em setores com produtos e tecnologia cada vez mais avançados.

A média de crescimento do PIB real da China foi de 9,2% ao ano entre os anos de 1980 e 2019, com a taxa média de crescimento do PIB per capita também alcançando a média de 9% ao ano. A renda per capita por paridade de poder de compra cresceu 36x em menos de 40 anos, indo de \$250 dólares em 1980 para \$8.827 dólares em 2018, enquanto a taxa de investimento média saiu de 36,9% do PIB em 1982 para mais de 40% do PIB a partir de 2004.

Se consolidando como o país com maior volume de comércio exterior no mundo, provocando efeito sobre todas as economias nacionais, a China enquanto exportadora de capitais por investimento direto no exterior saiu de um montante de 8 bilhões em 1990 para 101,9 bilhão em 2017. Do contrário, enquanto receptor de capitais externos, o país saltou de 1,4 bilhão em investimentos diretos estrangeiros (IDE) em 1984 para 162,2 bilhão em 2017. Até 1991, o IDE era voltado exclusivamente para os setores exportadores, porém, desde então, cada vez mais parcelas são direcionadas para a ampliação da capacidade produtiva chinesa voltada ao mercado interno sob a forma de *joint ventures*.

Ainda na pauta comercial, o modelo *export-led* chinês alinhado com as estratégias desenvolvimentistas resultaram em exportações que correspondiam a US\$9,75 bilhões em 1978 passaram para 2,42 trilhões em 2017 (acima de 30% do PIB). Até 1989, houveram déficits na balança comercial por conta do maior crescimento de importações em relação às exportações. Porém, devido à desvalorização cambial, as exportações aceleraram em 1975 acompanhada das importações, o que favoreceu o processo de substituição de importações e o forte impulso nas exportações.

O empuxo nas exportações, desde o início da década de 90, resultou em reservas cambiais que foram de US\$ 1,6 bilhão em 1978 para US\$3,09 trilhões até março de 2019, se tornando de longe as maiores do mundo. Para Elias Jabbour:” [...] A relação entre os juros reais e a inflação corroboram a relação entre essas variáveis em um país de *catching up*. O aumento da oferta de moeda e a estratégia de mudança do drive de investimento para consumo, caíram de 7,2% entre 1997-1999 para 2,1% à à entre 2000-2018 [...] A inflação, pelo IPC, após repique em 1993-1995, com taxa média de 18,6%”.

4. A desindustrialização brasileira e a relação comercial entre o Brasil e a China

A fase de industrialização, no Brasil, durante o denominado "milagre econômico," transcorrida entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, foi caracterizada por um notório crescimento econômico e pela expansão do setor industrial, particularmente nos domínios de bens de capital e bens duráveis. Este período foi notabilizado por políticas econômicas propícias ao investimento

estrangeiro e à concentração de capital, sendo o Estado um agente central na coordenação do desenvolvimento industrial e na execução de expressivos projetos de infraestrutura (Trajano e Santos, 2022).

Contudo, a priorização do crescimento econômico descompromissado, frequentemente em detrimento da equidade na distribuição de renda e do progresso social, culminou em uma intensa concentração de renda, beneficiando de maneira desproporcional os estratos mais abastados da sociedade. A participação da massa salarial, enquanto proporção da renda nacional, diminuiu, ao passo que a contribuição do capital cresceu, seguido da disparidade social no país. Consequentemente, a limitação do progresso social tornou-se uma característica distintiva desse período. O desenvolvimento em áreas cruciais como educação, saúde e bem-estar social não acompanhou o ritmo do crescimento econômico, exacerbando disparidades regionais, com a maior concentração do desenvolvimento industrial no Sudeste do país. O resultado foi uma restrição do mercado interno, uma vez que a distribuição desigual de renda limitou o poder de compra da maioria da população. Tais fatores, aliados à escassez de investimentos em educação e capital humano, comprometeram a capacidade do país de adaptar-se às mudanças tecnológicas, contribuindo para o quadro de declínio do desenvolvimento industrial que viria nos anos seguintes.

A desindustrialização no Brasil foi acompanhada por um aumento significativo na participação do setor de exportação primária, ocorrendo em meio à inserção da economia brasileira na globalização. Este fenômeno refletiu o desempenho deficiente do setor industrial brasileiro, afetado pela redução de competitividade e uma histórica subordinação brasileira na divisão internacional do trabalho. Tal subordinação, marcada pelas consequências da Ditadura Militar, foi agravada nos anos 1990 com a adoção de políticas econômicas neoliberais, contribuindo não apenas para o enfraquecimento da inserção do país na divisão internacional do trabalho — sustentada por produtos que demandam um menor uso de tecnologia —, mas também para o aprofundamento das disparidades regionais.

Participação da Indústria de Transformação no PIB (em %)

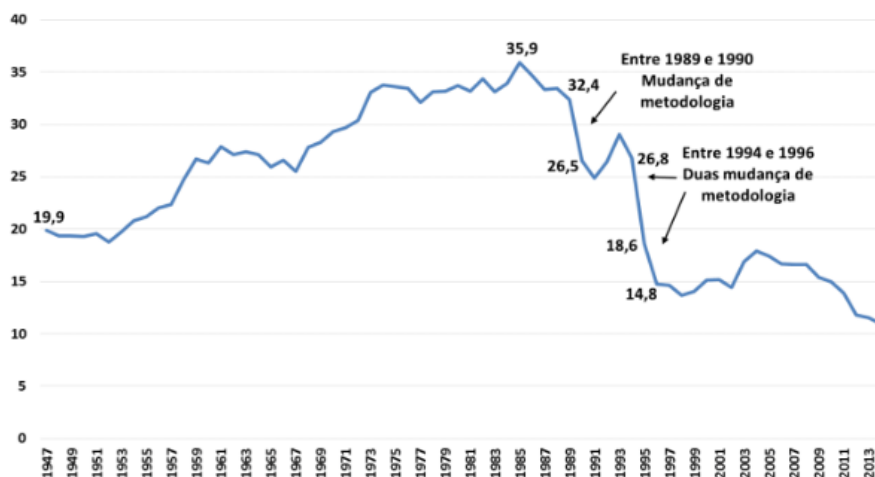


Gráfico 1. Evolução da participação da Indústria de Transformação no PIB Brasileiro. Fonte: FMI (aradata).

A abertura econômica brasileira foi caracterizada pela diminuição das tarifas de importação e pela exposição da indústria nacional à competição internacional. Desprovidas de uma estrutura de apoio adequada e frequentemente ancoradas em uma base tecnológica obsoleta, muitas indústrias brasileiras não conseguiram rivalizar com produtos importados. Essa tendência foi impulsionada pelo Consenso de Washington, um conjunto de diretrizes de políticas econômicas advindas de instituições financeiras internacionais sediadas em Washington, D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Estas recomendações, orientadas principalmente para países latino-americanos, enfrentando crises econômicas e endividamento externo nas décadas de 1980 e 1990, incluíram: (i) redução do déficit público para evitar a inflação; (ii) foco em investimentos que promovam o crescimento, como saúde, educação e infraestrutura; (iii) ampliação da base tributária e adoção de impostos moderados; (iv) taxas de juros determinadas pelo mercado e independência do banco central; (v) taxa de câmbio competitiva para incentivo às exportações; (vi) redução de tarifas e barreiras ao comércio internacional; (vii) eliminação de restrições ao investimento estrangeiro; (viii) privatização de estatais; e (ix) redução de barreiras legais ao ingresso e saída de empresas no mercado (Trajano e Santos, 2022).

O Consenso de Washington foi amplamente adotado por países latino-americanos, incluindo o Brasil, como parte de suas estratégias de estabilização econômica e reformas estruturais. Contudo, as políticas associadas a este consenso

promoveram a liberalização econômica de maneira acelerada e sem considerar as particularidades de cada nação, resultando no agravamento da desigualdade e da vulnerabilidade econômica. No caso brasileiro, essas políticas contribuíram para a rápida desindustrialização e para a reprimarização da economia, caracterizada pelo aumento das exportações de commodities e pela diminuição da participação da atividade industrial no PIB. A liberalização do comércio e a redução de tarifas de importação, preconizadas pelo Consenso de Washington, expuseram a indústria nacional à concorrência internacional sem tempo ou estratégia adequada para adaptação e competitividade em escala global. Além disso, as elevadas taxas de juros, decorrentes da liberalização financeira e de políticas monetárias restritivas, encareceram o crédito e desincentivaram investimentos produtivos no setor industrial. A venda de empresas estatais ao setor privado, frequentemente desprovida de uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento industrial, contribuiu para a redução do papel do Estado como promotor do crescimento industrial.

O Brasil chegou aos anos 2000 beneficiando-se de um contexto econômico favorável, marcado pelo *boom* de *commodities* que ocorreu principalmente durante a primeira década do século XXI. Este *boom* foi caracterizado por um aumento significativo nos preços das matérias-primas e um aumento nos volumes de exportação, o que alterou as pressões externas enfrentadas pelo país. Segundo Salama (2016), o Brasil, assim como outros países da América Latina, conseguiu escapar da recessão externa graças à entrada de capitais estrangeiros e ao aumento dos preços das matérias-primas, além do forte aumento dos volumes exportados. Este período de alta nos preços das commodities é frequentemente referido como "vento de cola", que favoreceu o crescimento econômico do Brasil, mas também contribuiu com uma acentuada desindustrialização.

O "vento de cola" permitiu um aumento do salário mínimo e dos salários em geral, bem como um aumento significativo das políticas sociais. No entanto, também favoreceu comportamentos oportunistas por parte dos governos, que não se prepararam para uma eventual queda nos preços das commodities, o que contribuiu para a crise econômica subsequente (Salama, 2016). A reprimarização da economia consolidou comportamentos rentistas e uma herança do passado, onde o país não se preparou adequadamente para enfrentar futuros desafios econômicos e sociais.

No novo milênio, a principal força motriz da desindustrialização brasileira e da sua permanência em uma pauta de exportações primárias é a sua relação comercial

com a China. As relações comerciais entre o Brasil e a China começaram a se intensificar no início dos anos 2000, marcando uma nova fase de interação econômica entre os dois países. A China se tornou o principal cliente do Brasil, e as exportações brasileiras para a China cresceram de cerca de um bilhão de dólares em 2000 para 40 bilhões de dólares em 2013 (Salama, 2016). Em 2000, a China ocupava a 12ª posição como parceiro de exportações do Brasil e a 11ª em importações; em 2009, tornou-se o principal parceiro nas exportações e em 2012 nas importações. Em 2014, as exportações do Brasil para a China representavam 18% do total das exportações brasileiras, e as importações da China, 16%. Em 2021, a participação da China nas exportações brasileira já representava mais de 30%, como ilustrado no gráfico abaixo:

Participação chinesa nas exportações brasileiras

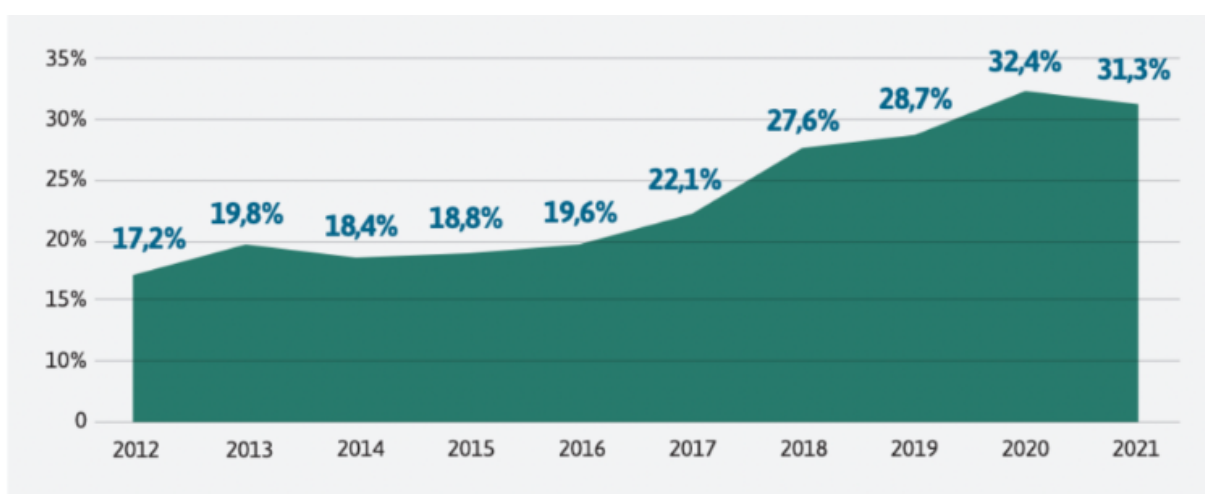


Gráfico 2. Participação da China nas exportações brasileiras. Fonte e elaboração: Poder 360.

Apesar do crescimento exponencial, a relação comercial entre Brasil e China ainda é muito assimétrica uma vez que, enquanto a China vende principalmente bens manufaturados para o Brasil, o Brasil exporta sobretudo matérias-primas para a China. Em 2000, as exportações de matérias-primas e produtos intensivos em recursos naturais do Brasil para a China representavam 66,7% e 13,8%, respectivamente, e em 2011, esses números subiram para 83,7% e 10,3%. Em 2023, a matriz de exportações de produtos agro se compõe da seguinte forma:

Participação dos produtos na exportação do Brasil pela China

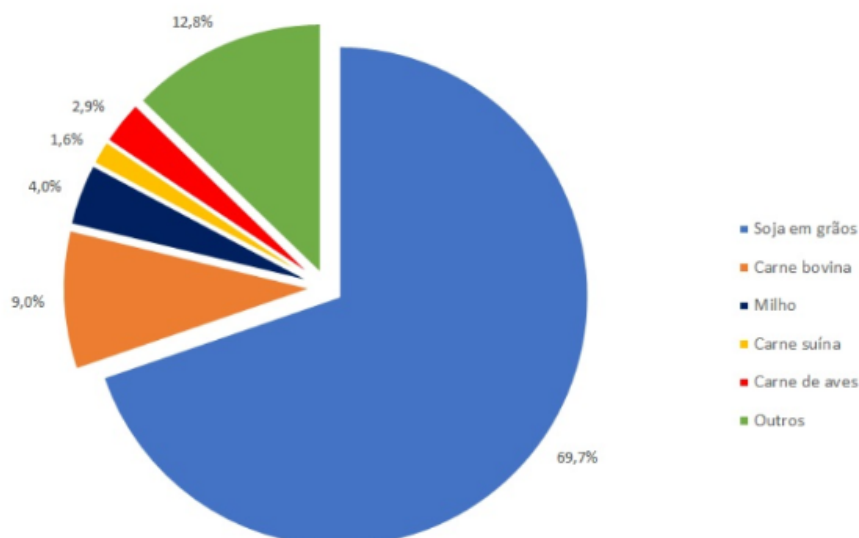


Gráfico 3. Participação dos produtos na exportação do agro do Brasil pela China até setembro de 2023. Fonte e elaboração: AgroStat.

Por outro lado, as exportações da China para o Brasil são dominadas pela venda de bens manufaturados, com uma participação muito menor de produtos primários e bens intensivos em recursos naturais. Em 2022, a matriz de exportações da China para o Brasil era composta da seguinte forma:

Principais produtos importados da China pelo Brasil



Gráfico 4. Total de produtos mais importados da China pelo Brasil em 2022. Fonte: Banco Central; Elaboração: InvestNews

Essa assimetria tem consequências nas negociações entre as duas nações, pois cria uma dependência do Brasil em relação ao mercado chinês para suas exportações de commodities, enquanto a economia brasileira se torna cada vez mais consumidora de produtos manufaturados chineses (Salama, 2016). A balança comercial entre os dois países teve um saldo negativo para o Brasil em 2000, mas posteriormente tornou-se positiva, exceto em 2008, à medida que as vendas de matérias-primas brasileiras para a China progrediram.

Exportações para a China e importações da China

Gráfico 3. Exportações para a China e importações da China como percentual do total das exportações e importações brasileiras, 1997-2022.

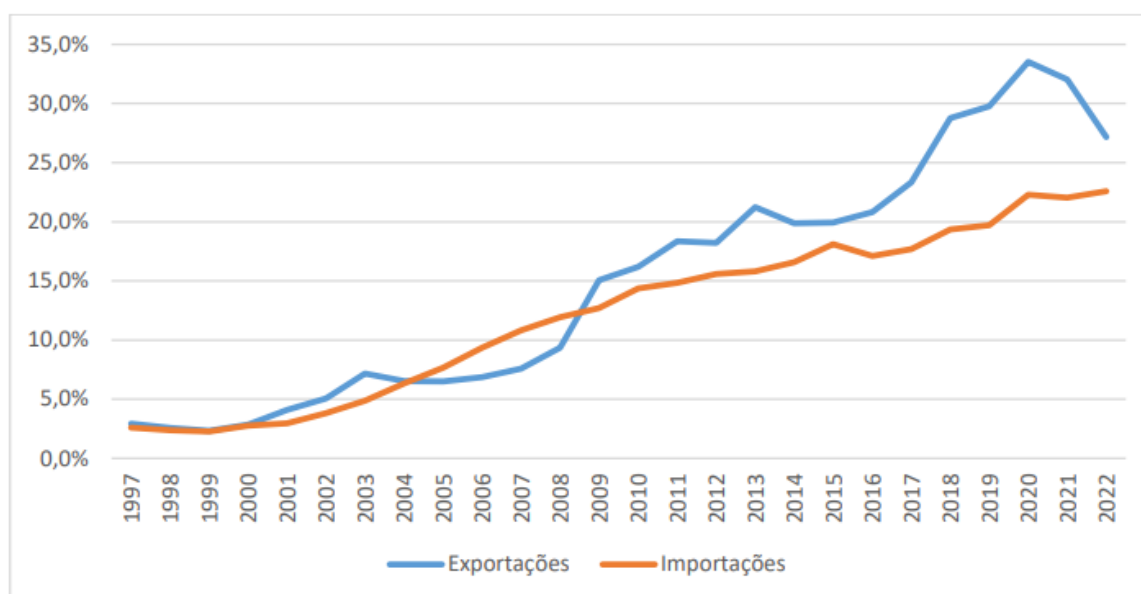


Gráfico 5. Exportações para a China e importações da China como percentual do total das exportações e importações brasileiras entre 1997 e 2022. Fonte: IPEA; Elaboração: Poder 360

A China tem se mostrado um parceiro comercial vital para o Brasil, especialmente enquanto um grande consumidor de commodities brasileiras, mas a relação assimétrica atual, com o Brasil exportando principalmente matérias-primas e

importando produtos manufaturados, levanta preocupações sobre a sustentabilidade desse modelo a longo prazo. As perspectivas para a relação comercial entre esses países dependem de uma série de fatores, incluindo políticas internas de ambos os países, a dinâmica do mercado global e mudanças na demanda por commodities.

Assim como o desenvolvimentismo na América Latina serviu como um estudo focalizado e reflexivo para as estratégias neo-desenvolvimentistas impulsionando o crescimento econômico chinês, chegou o momento para o Brasil adotar uma abordagem inversa, inspirando-se nas práticas chinesas como um exemplo de êxito. É necessária a busca pela diversificação da pauta de exportações, incluindo mais produtos manufaturados e de maior valor agregado, para redução da dependência de *commodities*. Além disso, é vital o investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico para melhora da estrutura logística, impulsionando a subida do Brasil na cadeia de valor global e potencializando a sua capacidade de competir em setores mais sofisticados.

Implementar políticas que incentivem o crescimento e a competitividade da indústria nacional, incluindo medidas de proteção comercial estratégicas e apoio à pesquisa e desenvolvimento, além de dar continuidade às negociações bilaterais para abrir mais o mercado chinês para produtos brasileiros além das commodities também são ações essenciais na jornada do desenvolvimento brasileiro.

5. Conclusão

O presente trabalho oferece uma análise abrangente do impacto dos acordos comerciais entre a China e o Brasil, enfatizando como essas relações influenciam o processo de desindustrialização brasileiro. A investigação histórica revela que a Revolução Industrial Brasileira e a subsequente crise da dívida externa criaram um terreno fértil para a desindustrialização, que foi exacerbada pela liberalização econômica e uma crescente dependência das exportações de commodities.

Por outro lado, a China, sob a liderança de Deng Xiaoping, embarcou em uma série de reformas econômicas que transformaram o país em uma potência econômica global. A estratégia chinesa de diversificação das importações, emparelhamento tecnológico e abertura para investimentos diretos estrangeiros (IDEs) resultou em um crescimento econômico impressionante, com um aumento significativo do consumo per capita e uma redução drástica da pobreza.

A relação comercial entre Brasil e China, marcada por uma troca de commodities por produtos manufaturados, reflete uma assimetria que desafia a sustentabilidade econômica do Brasil a longo prazo. Para reverter a tendência de desindustrialização, o Brasil deve buscar diversificar sua pauta de exportações, investir em inovação e desenvolvimento tecnológico, e implementar políticas que fortaleçam a indústria nacional, promovendo crescimento e competitividade.

A trajetória dos Estados Unidos na década de 1970, com sua diplomacia das armas e a política do dólar forte, contrasta com a situação brasileira da época, que culminou na redemocratização e em desafios econômicos significativos. O Plano Real foi um marco na estabilização da economia brasileira, mas não foi suficiente para evitar a desindustrialização.

A experiência chinesa, desde a unificação sob Mao Tse Tung até as reformas de Deng Xiaoping, oferece lições valiosas sobre a importância da intervenção estatal estratégica e do investimento em setores-chave para o desenvolvimento econômico. A China, sob a liderança de Mao, implementou políticas industriais e diplomáticas complexas, que apesar de inicialmente mal-sucedidas, como no caso do "Grande Salto para Frente" que resultou em uma grande fome e crise econômica, estabeleceram as bases para a subsequente modernização e crescimento econômico. Além disso, as reformas agrárias de Mao também foram essenciais para preparar a China para o período de industrialização subsequente .

Com a ascensão de Deng Xiaoping, a China adotou uma abordagem pragmática e reformista, descentralizando o controle econômico e conferindo maior autonomia às empresas estatais, contribuindo assim para a expansão da capacidade industrial chinesa. As reformas de Deng focaram na modernização de indústrias existentes e no desenvolvimento de setores-chave, como tecnologia da informação e microeletrônica, característicos da Terceira Revolução Industrial. A estratégia de emparelhamento tecnológico e a abertura para investimentos diretos estrangeiros foram cruciais para o crescimento econômico chinês, resultando em um aumento significativo do consumo per capita e uma redução drástica da pobreza .

Deng também promoveu a educação e a ciência como pilares fundamentais para o desenvolvimento e a modernização da China, continuando o legado de Mao na reforma do sistema educacional chinês. A combinação de políticas de incentivos mercantis, planejamento econômico e descentralização administrativa sob a liderança

de Deng permitiu que a China se inserisse no cenário internacional e se tornasse uma potência econômica global .

Portanto, a trajetória da China destaca a eficácia de uma abordagem econômica que equilibra a intervenção estatal com reformas de mercado e abertura para investimentos diretos estrangeiros (IDEs), além da implementação de estratégias de diversificação das importações e emparelhamento tecnológico. A China conseguiu realizar um notável "catching up" com países desenvolvidos, utilizando teorias do novo-desenvolvimentismo e contando com o estado como principal força motriz do seu processo de aceleração econômica. Este modelo de desenvolvimento permitiu um aumento significativo do consumo per capita e uma redução drástica da pobreza, além de um crescimento expressivo das exportações, com uma grande parcela sendo de manufaturados .

Em suma, a experiência chinesa oferece insights valiosos para países em desenvolvimento que buscam estratégias para promover o crescimento econômico e a modernização industrial.

6. Bibliografia

ACIOLY, L., Pinto, E. C., Cintra, M. A. M., & Calixtre, A. B. (2011). **As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6889> > Acesso em: 15 set. 2023

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. 5. ed. Editora 34, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra et al. **A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira**. In: Congresso Brasileiro de História Econômica. 2012.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5.ed. Contraponto, 2009.

JABBOUR, E., & Gabriele, A. (2021). **China: o socialismo do século XXI**. Boitempo Editorial.

JENKINS, R. (2015). **Is Chinese competition causing deindustrialization in Brazil?**. Latin American Perspectives, 42(6), 42-63. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X15593553?casa_token=gRomCslk7DsAAAAA:OHRkeFJolwfx5Nd8QSbg43i58GzmRdm4q0B4vgDgVK1qfGf9avPsdYRFBnio9YYZyWK8HFag4SCH > Acesso em: 15 set.2023.

MILARÉ, L. F. L., & Diegues, A. C. (2012). **Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa**. *Revista de Economia Contemporânea*, 16, 359-378. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/XMSJZQkFQpbrSzFyXJ4bVxH/> > Acesso em 16 set. 2023.

PINTO, Eduardo Costa. **Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo**. Texto para Discussão, v. 7, 2019.

SALAMA, Pierre. **Brasil e China: Caminhos de Fortalezas e Embarços. Problemas del desarrollo**, v. 48, n. 188, p. 9-28, 2017. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0301-70362017000100009&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 15 set. 2023.

SPECHT, Débora; MARIN, Maria Helena; DOS SANTOS, Priscila Farias. **Bens duráveis: a industrialização brasileira no período Juscelino Kubitschek (1956-1960)**. Revista Historiador, n. 2, 2009.

SUGIMOTO, T. N., & Diegues, A. C. (2022). **A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva**. Nova Economia, 32, 477-504. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/4W7mJxXpMyg6kctGRprzfxC/?lang=pt>> Acesso em: 15 set. 2023.

VIEIRA, Edson Trajano; DOS SANTOS, Moacir José. A Desindustrialização Brasileira: a inserção precária do Brasil no processo de Globalização. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, 2022. Disponível em: https://unog.primo.exlibrisgroup.com/discovery/fulldisplay?docid=cdi_crossref_primary_10_54399_rbgdr_v18i2_6603&context=PC&vid=41UNOG_INST:UNSO&lang=en&search_scope=Alma_ECLAC&adaptor=Primo%20Central&tab=alma_eclac&query=any.contains.Desindustrializa%C3%A7%C3%A3o%20China%20Brasil&offset=0> Acesso em: 25 jul. 2023.